



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Vítor Manuel Fernandes Pereira não esteve presente por se encontrar de férias.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 18, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE JULHO DE 2014
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 19, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2014
4. REQ. N. 1286/14, DATADO DE 27/08/2014 – PC N.º 293/14, DATADO DE 20/08/2014 – SOMEMA – SOCIEDADE METALÚRGICA MARINHENSE, LDA
5. REQ. N. 1246/14, DATADO DE 19/08/2014 – PC N.º 184/14, DATADO DE 30/05/2014 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO

6. REQ. N. 1270/14, DATADO DE 25/08/2014 – PC N.º 614/07, DATADO DE 15/10/2007 – LEONOR ROSÁRIO OLIVEIRA RODRIGUES
7. REQ. N. 1261/14, DATADO DE 21/08/2014 – PC N.º 183/14, DATADO DE 30/05/2014 – LIDL & COMPANHIA
8. REQ. N. 1299/14, DATADO DE 28/08/2014 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE
9. REQ. N. 1173/14, DATADO DE 05/08/2014 – PC N.º 282/14, DATADO DE 05/08/2014 – MANUEL LEAL SANTOS
10. REQ. N. 1140/14, DATADO DE 28/07/2014 – PC N.º 98/14, DATADO DE 23/03/2014 – MANUEL SIMAS MELO JÚNIOR
11. REQ. N. 1192/14, DATADO DE 08/08/2014 – PC N.º 180/11, DATADO DE 10/05/2011 – LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA
12. REQ. N. 1292/14, DATADO DE 28/08/2014 – PC N.º 74/10, DATADO DE 22/04/2010 – MANUEL MARIA FERREIRA HENRIQUES
13. REQ. N. 1168/14, DATADO DE 04/08/2014 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS STEEL, S.A.
14. REQ. N. 1206/14, DATADO DE 11/08/2014 – PC N.º 817/05, DATADO DE 22/11/2005 – FERNANDO JOSÉ JESUS OLIVEIRA FERREIRA
15. REQ. N. 1223/14, DATADO DE 13/08/2014 – PC N.º 75/14, DATADO DE 14/03/2014 – RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA
16. REQ. N. 1741/12, DATADO DE 23/10/2012 – PC N.º 315/12, DATADO DE 23/10/2012 – JORGE GONÇALVES ROSA
17. REQ. N. 775/12, DATADO DE 07/05/2012 – PC N.º 50/12, DATADO DE 22/02/2012 – JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE
18. REQ. N. 1121/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS STEEL, S.A.
19. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
20. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
21. AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

22. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO *"FORNECIMENTO DE LANCHES PARA AS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO 2014/2015, NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DE 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA"*
23. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DA ORDEM PARA O ANO LETIVO 2014/2015 E AOS ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DO PILADO E ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO DO PILADO E GARCIA, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014"*
24. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LUZ E SOM PARA ESPETÁCULOS E EVENTOS A REALIZAR NA CASA DA CULTURA STEPHENS"*.
25. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"IMPRESSÃO DE GUIAS TURÍSTICOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE"*
26. ANULAÇÃO DE GUIAS – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
27. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS E PRACETA DA LIBERDADE, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE OUTUBRO DE 2014
28. TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE LINA MARIA DOS SANTOS PALHINHA, RESIDENTE NA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, BLOCO 30, 2ºC, CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE DIVÓRCIO DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO
29. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLO GUILHERME STEPHENS

30. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2013/2014 – 2.ª FASE

31. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes munícipes:

1 - Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º4, 2.º esq.º, Marinha Grande, que expôs os seguintes assuntos:

- Rua do Centro, em Casal da Formiga: refere-se ao Centro Tradicional da Marinha Grande?
- Solicita as respostas às questões que colocou na reunião pública de 20/02/2014, e que até esta data não lhe foram dadas;
- Em agosto foi abordado várias vezes por turistas que lhe perguntavam onde era o Museu do Vidro, pelo que é necessário que seja colocada a respetiva sinalética.

2 – D. Ana Paula Silva, representante da “Projetos de Vida” – Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande – PVMG (Universidade Sénior), que referiu o seguinte:

- a instituição tem um cariz social e visa a inclusão dos seniores;
- agradecem à ASURPI o acolhimento do projeto embrionário da Universidade Sénior, que agora se transformou numa entidade com personalidade jurídica;
- neste momento as inscrições encontram-se suspensas devido ao elevado número de interessados (103 inscritos) e ao facto de não possuírem um espaço físico adequado, razão pela qual vêm hoje pedir e apelar ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o executivo para que lhes seja cedido ou que os ajudem a encontrar um espaço, pois já adiaram o início do ano letivo de 15 de setembro para o dia 1 de outubro. Sabem que não será fácil, mas apelam à boa vontade da Câmara. Neste momento não têm possibilidades financeiras para arrendar instalações, mas esperam vir a ter no futuro. Têm muitos voluntários a colaborar no projeto e têm contado com o apoio do Sr. Vereador Vítor Pereira, que agradecem, esperando que este pedido tenha o melhor acolhimento por parte da autarquia.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte às questões colocadas:

- ⇒ Informou o Sr. Joaquim Andrade que as questões que colocou e que constam da ata da reunião de 20/02/2014 já lhe foram respondidas, no entanto vai confirmar.
- ⇒ Sinalética – em colaboração com os pelouros do Turismo e da Cultura e com os respetivos técnicos, está a ser elaborado um trabalho integrado para a sinalética de todo o centro e dos pontos mais importantes da cidade.

O **Sr. Presidente** respondeu à D. Ana Paula Silva, informando que está a ser diligenciado no sentido de ser cedido um espaço que neste momento ainda está a ser ocupado por outra entidade, e que será tratado logo que o Sr. Vereador regresse de férias, dentro de uma semana.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Vereador António Santos** começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referindo que na última reunião falou com sátira, para fechar o ano político, mas que agora, na rentrée, vai falar mais a sério, colocando as seguintes questões:

- ⇒ Já há luz ao fundo do túnel sobre o mercado?
- ⇒ Reiterou a questão colocada na última reunião e que não teve resposta: em caso de necessidade os carros de bombeiros conseguem entrar na Rua da Boavista, na Praia da Vieira?
- ⇒ O lancil do Largo Ilídio de Carvalho continua por arranjar. Perguntou se já está tudo pago à empresa que fez a obra da Resinagem, e se não estiver que se desconte o valor para repor os danos que causaram.
- ⇒ A água do lago do Parque da Cerca precisa de ser limpa, pois está muito suja e por vezes até com mau cheiro.
- ⇒ Verificou que nesta altura a entrada da cafetaria e do Museu do Vidro está cheia de folhas das árvores, que necessitam de ser limpas, pois dá mau aspeto.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** cumprimentou os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sobre a intervenção do munícipe Sr. Joaquim Andrade, alertou para o facto de que é fundamental esclarecer se as respostas já foram dadas e caso não tenham sido, se faça rapidamente. Sobre a sinalética lembrou que esta questão também já foi levantada por si e que nada se fez.

⇒ Quanto à munícipe Ana Paula Silva, e sobre o projeto denominado "Projetos de Vida", acha que é um desafio extraordinário envolver os idosos de modo a dar-lhes convívio e retirá-los da solidão. Vê no público pessoas que andaram consigo ao colo, pelas quais tem enorme admiração e respeito, e, dado que a solicitação de arranjar um espaço tem já algum tempo, pediu que se resolva rápido, pois o início do ano letivo está aí.

⇒ **Sobre a entrega dos manuais escolares disse o seguinte:**

"As câmaras municipais não geram riqueza e o dinheiro que têm, vem dos contribuintes. Uma das missões mais nobres de quem governa é saber distribuir pelos munícipes esse dinheiro que lhes foi emprestado. Para além de criarem condições de melhoria de qualidade de vida, com rigor deviam procurar reduzir as desigualdades, pedindo a colaboração dos que mais têm e dando aos mais necessitados, para deste modo reduzir a diferença. Este é um princípio de cidadania, defendido por quase todos, incluindo socialistas e comunistas. Ouvimos frequentemente aqui dizer-se que não há dinheiro, eu entendo que haverá pouco, e assim sendo mais se justifica uma boa gestão e distribuição. Existem situações, que deveriam ser atendidas, mas com o argumento de não haver verbas, não o são.

Neste contexto não se entende como esta câmara gasta 70.000€ em manuais escolares para o 1º ciclo e sem qualquer discriminação positiva os entrega a todos, incluindo os quem têm condições para os adquirir. No ponto 30 da ordem de trabalho de hoje são referidos subsídios escolares, mas aí refere apenas o escalão A e B, porquê?

Aos jovens do 2º e 3º ciclo e do secundário, oriundos de famílias carenciadas não lhe dá a devida atenção. Mesmo jovens com enormes potenciais deixam de estudar, de ir para a universidade por não terem qualquer apoio autárquico, como outras autarquias fazem. Aliás o Dr. Álvaro Pereira, já patrocinou bolsas universitárias, num outro contexto e por isso sabe a importância de apoiar estes jovens universitários carenciados.

Para além do apoio com manuais deviam também apoiar material escolar ou equipamentos pessoais (fato de ballet, equipamento musical, etc.).

É de toda a justiça que se alargue esta iniciativa aos jovens estudantes, atendendo todos os casos em que, comprovadamente, os cidadãos necessitam de ajuda.

Para além do apoio generalizado este projecto deveria envolver toda a comunidade, passando a iniciativa de oferta a partilha integrando inclusivamente iniciativas de cidadania já realizadas, como seja o banco de livros, troca de manuais escolares e reforçar e fiscalizar que os livros não são dados, mas emprestados, com o devido retorno dos livros em bom estado no final do ano lectivo, para serem reutilizados por outros."

⇒ Mercado - Já foi aqui falado sobre o desconforto que é quando está frio e vento para as pessoas que estão e vão ao mercado, sobretudo as que ficam perto das portas, e a pior é a que está virada a norte. Tinha sugerido a colocação dum corta-vento nas entradas e o Sr. Vereador Paulo Vicente informou numa reunião que tinha ido ao local e iria providenciar. Qual o ponto de situação?

⇒ Ainda perto do mercado, do lado da saída sul do mercado, que fica virada para o Casal do Malta, depois da estrada está um matagal com silveiras, que conforme diz a lei devia ser cortado por estar encostado às casas. É perigoso porque está numa zona habitacional.

Não sabe quem é o proprietário ou se é mesmo a Câmara. Seja quem for o proprietário sugere que a Câmara providencie para que a limpeza se faça, evitando problemas.

⇒ Estrada do Tremelgo, de S. Pedro e das matas – foi abordado por uma munícipe que o questionou sobre as estradas de S. Pedro, das matas e do Tremelgo. Reforçou que mesmo sabendo que as estradas não são municipais, elas são utilizadas por muitos marinhenses e visitantes. Para além disso, têm as ciclovias, que a Câmara tem enaltecido o número de Km existentes, mas, por exemplo, na estrada para S. Pedro, há arbustos entre a ciclovia e a estrada maiores que um homem. A imagem que damos ao turista é degradante e de abandono e aqui a responsabilidade é que quem?

Referiu ainda que a munícipe que o abordou afirmou ter enviado um mail ao Sr. Presidente em 9 de julho, com o título “Ajuda em prol da boa imagem do município”, e que, como vem sendo hábito, ainda não recebeu qualquer resposta.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** cumprimentou todos os presentes e agradeceu a presença de toda a comunidade, a colocação das questões, embora limitada no tempo, mas são limitações que têm que ser suportadas e entende que devem continuar a vir e a colocar as suas questões.

⇒ Dádiva de manuais – disse que estão a ser dados àqueles que têm dinheiro para comprar tudo e assim está a ser retirado apoio aos que dele necessitam. Isto é política e moralmente indefensável, mas o executivo permanente continua a defendê-lo. Tem que se continuar a lutar, moralmente não é defensável nem desejável, embora sejam legais.

⇒ No âmbito do atendimento ao público da representante da Cooperativa “Projetos de Vida”, colocou as seguintes questões:

1. Ainda há algum espaço disponível nas instalações da IVIMA?
2. E no Centro Empresarial, onde foi cedido um espaço a um sindicato?
3. Todos os espaços cedidos pela Câmara estão a ser utilizados permanentemente? Esta situação é fiscalizada e monitorizada?
4. Qual o sistema de fiscalização e monitorização na utilização das casas de habitação social?
5. O sistema de fiscalização garante a boa utilização das habitações?

⇒ Requereu o seguinte:

- Cópia da fatura da compra das magnólias do cemitério;

- Qual o valor da lenha das árvores criminosamente cortadas?
- Informação detalhada sobre os entulhos.

- ⇒ Perguntou para quando a inclusão do Ponto da Boavista no Roteiro Turístico da cidade.
- ⇒ Sobre a limpeza das ervas nas ruas do concelho, disse que apesar de algumas serem da responsabilidade das Juntas de Freguesia, embora a Câmara tenha dado os meios, o serviço não está a ser bem feito, nomeadamente no Pilado, com ervas enormes, pelo que a Câmara deve fazer pressão para que o trabalho seja feito.
- ⇒ A imprensa fez eco sobre um mal-estar entre um assessor do Presidente da Câmara, pelo que perguntou se há algum fundo de verdade ou é mera especulação.
- ⇒ Referiu que a Câmara deve fazer todas as diligências para que no próximo ano o Café da Praia, em S. Pedro de Moel, não volte a ser cedido como foi, mas sim por concurso público.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** cumprimentou os presentes e agradeceu as intervenções do público. Referiu que aos Srs. Vereadores da oposição cabe mais do que criticar e alertar, e o executivo permanente não deve ficar agastado com as críticas e devem tomá-las em consideração, bem como às opiniões do público. Cabe-lhes sugerir, mais do que criticar, que é o que os municípios devem fazer.

- ⇒ Manuais – é claramente uma opção política, que resulta do que foi estabelecido entre o PS e a CDU, e é o estrito cumprimento de uma norma constitucional, que diz que o ensino deverá ser tendencialmente gratuito, e por isso a Câmara Municipal da Marinha Grande cumpre a Constituição. Não entende a posição do Sr. Vereador Aurélio, que defende a discriminação positiva nos manuais e depois critica-o nos subsídios.
O **Sr. Vereador Aurélio** protestou e interrompeu a intervenção, sendo chamado à atenção pelo **Sr. Presidente** e pela **Sr.ª Vereadora**, que disse que ela não ficava agastada com as críticas, o Sr. Vereador é que ficava com as respostas.
- ⇒ Universidade Sénior – sabe que é um assunto que está em cima da mesa, está a ajudar o Vereador a arranjar um espaço condigno e onde caibam todas as pessoas.
- ⇒ Ponto da Boavista – é também uma preocupação do pelouro do Turismo, e comunga de todas as preocupações da oposição, estando-se a trabalhar nesse sentido.

No âmbito dos seus pelouros, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Rua da Boavista – quando foram executados os atuais arranjos era Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, e em conjunto com a Câmara tiveram essa preocupação de segurança. Segundo o então Comandante dos Bombeiros há ruas laterais que atravessam esta e dão segurança para a passagem. A questão que se

coloca é que alguns comerciantes abusam e usam mais espaço do que devem, se bem que a fiscalização anda atenta.

- ⇒ Lancil do Largo Ilídio de Carvalho – tem trocado e-mail's com a diretora da obra, e a Câmara tem as garantias para o não cumprimento e que, se necessário neste caso, acionará.
- ⇒ Limpeza do Jardim Stephens – está a ser limpo.
- ⇒ Mercado – está a ser intervencionado. Já foi feita intervenção na rede elétrica e vão substituir-se algumas lonas deterioradas e também a colocação do corta-vento.
- ⇒ Estrada das matas – o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas reiteradamente tem dito à Câmara que se trata de uma propriedade privada do Estado e que só eles têm superintendência sobre as estradas. Foi feita a limpeza da ciclovía, na parte da Câmara, desde Água de Madeiros até ao limite do Pedrógão, e está a ser cuidada. A ciclovía da estrada da Marinha Grande para S. Pedro de Moel não é da Câmara, mas já houve uma reunião com as Estradas de Portugal para pedir a sua manutenção.
- ⇒ As questões apresentadas pelo Sr. Vereador Carlos Logrado vão ser respondidas.
- ⇒ O executivo está atento à limpeza das vias, em conjunto com as Juntas de Freguesia, embora este verão tenham crescido muitas ervas e a resposta poderá não ser tão célere quanto o necessário.
- ⇒ Café da Praia – se no próximo ano estiver aprovado o POOC e aquele espaço for considerado apoio de praia, então será aberto concurso público. Agora, fazer concurso por um mês e meio não era rentável para o concessionário fazer investimento.
- ⇒ Manuais escolares – também quer dar a sua opinião sobre o assunto. Referiu que ao 1.º ciclo, que é o nível de ensino da responsabilidade da Câmara, estão a atribuir-se a todos os alunos, em igualdade para todos, obedecendo a um princípio constitucional. A Câmara tem condições para atribuir os manuais e atribui-os. Não compreende que os contestatários desta medida a contestem e simultaneamente em outras ocasiões defendam acerrimamente as isenções de taxas e licenças a ricos e a pobres, sem cuidar de saber também dos seus rendimentos e/ou lucros. Afinal em que é que ficamos?

Às questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ O Regimento foi aprovado por unanimidade e por isso tem que ser cumprido por todos.
- ⇒ Manuais – quando deixar de poder atribuí-los a todos sai da Câmara, e felizmente que a Câmara Municipal da Marinha Grande pode fazê-lo. Outras não o fazem e sabe bem porquê. Na saúde também têm direito a alguma participação, mas por aquilo que foi dito se calhar também se devem começar a questionar porquê, porque é que ainda têm direito. Bateu-se muito pelos manuais, criou condições para isso e vai continuar.

- ⇒ Estrada para S. Pedro – se estudassem um pouco saberiam que não é da Câmara. Foi dito à Câmara que as estradas das matas, para a função a que se destinam, estão muito boas, e que se for preciso serão colocadas tranqueiras, tal como antigamente já existiram. Se houvesse colaboração das matas a Câmara estava disposta a alocar algumas verbas para este fim.
- ⇒ Instalações da IVIMA – vai ser respondido.
- ⇒ O CDRSP está a utilizar o espaço no Centro Empresarial.
- ⇒ “Abate criminoso das árvores” – não é o Sr. Vereador que o atinge com esse termo e não lhe reconhece capacidade para o utilizar.
- ⇒ Ponto da Boavista – já lutou por isso quando estava na Junta de Freguesia. Vai colaborar com quem lá está, no sentido de o recuperar, com um projeto bem feito e feito por quem sabe.
- ⇒ Não há qualquer mal-estar, a pessoa do seu gabinete está de férias, e quando achar por bem, e se houver alguma novidade, trará aqui, se assim o entender.
- ⇒ FAM – a Câmara vai ter que colaborar com verba para aquelas que estão falidas, e se não aderir há sanções para o Presidente da Câmara e para os dirigentes, não servindo de nada ir para a televisão dizer que se vai impugnar.
- ⇒ Mercado – contamos realizar a obra até ao fim do mandato.
- ⇒ É claro que o executivo não é despesista, pois se é o 4.º mais bem gerido do País é porque não é, o dinheiro que nos é entregue tem sido bem gerido, e os resultados estão aí: os impostos mais baixos, a água mais barata, não fomos ao PAEL nem ao FAM.

Nesta altura o **Sr. Vereador Carlos Logrado** quis intervir, o **Sr. Presidente** não lhe permitiu por já ter esgotado o seu tempo, tendo então pedido para **intervir em defesa da honra**, o que foi concedido.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou ao Sr. Presidente qual a ata em que o regimento foi aprovado e qual foi a votação. Mostrou a ata em causa, referindo que não houve unanimidade, e que embora não tenham querido as gravações isto está na ata. É uma inverdade que repetidamente aqui é dada, é falso, e o Sr. Presidente tem que estudar melhor os dossiers. O executivo quer passar mentiras até que elas sejam verdade, atentando contra o bom nome dos outros. São pagos para estarem atentos e estudarem melhor os dossiers.

O **Sr. Presidente** disse ao Sr. Vereador que como ele bem sabe têm sido gravadas reuniões.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** respondeu dizendo que o Sr. Presidente não deve dizer aquilo que não sabe, porque isso constitui uma mentira, e que independentemente de poder ser ilegal, se alguma vez gravar alguma reunião di-lo e assume.

Nesta altura gerou-se uma acesa troca de palavras, tendo o Sr. Presidente dado por concluído o período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 18, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE JULHO DE 2014

Sobre este ponto da ordem do dia, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** começou por dizer que uma ata é um documento que descreve todos os factos assinaláveis duma reunião, fiel a tudo aquilo que se verificou, sem emissão de opinião, juízo de valor ou conclusão, transcrevendo as decisões de cada um, de modo a entender-se o seu sentido de voto. Disse que não esteve na reunião de 31 de julho, onde foi substituído pela Dr.ª Ana Alves Monteiro.

Após a reunião, a Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro enviou para o secretariado, com conhecimento a si e ao Sr. Presidente, os conteúdos das suas intervenções, que sugeriu incluir na ata, reportando-se ainda a uma comunicação anterior já enviada ao secretariado. Verificou que a ata não transcreve essas posições e por isso questionou o Sr. Presidente sobre a razão de omitir tais conteúdos, e se, por acaso, a Sr.ª Vereadora não tinha dito aquilo que foi descrito no documento que enviou. Só depois de ver esta questão esclarecida revelará a sua posição.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** usou da palavra, dizendo que as atas devem ser rigorosas nas intervenções que são feitas, e isso é quase humanamente impossível fazê-lo com todo o rigor, a menos que o fizessem por escrito e o entregassem, mas quem não é e não está profissionalmente na política não lhes é humanamente possível.

Nesta altura o **Sr. Vereador Carlos Logrado** envolveu-se numa troca de palavras com a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho**, a quem acusou de não estar presente nas reuniões, tendo sido chamado à atenção pelo elevado tom de voz que utilizou.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** pediu a palavra para dizer que o Sr. Vereador está desesperado e destreinado por vir aqui poucas vezes, e que é mentiroso, porque diz que ela não está cá, mas se ele próprio não está cá nem no País como é que sabe?

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** refutou estas acusações.

A **Sr.ª Vereadora** continuou, dizendo que as poucas vezes que o Sr. Vereador aqui vem é para fazer um triste espetáculo.

Entram novamente numa acesa troca de palavras, tendo o **Sr. Vereador Carlos Logrado** pedido ao Sr. Presidente que não deixe a Sr.ª Vereadora intervir de forma deselegante e malcriada.

O **Sr. Presidente** pediu-lhe então, para que isso não aconteça, que não provoque como o tem feito desde a primeira reunião. De seguida questionou se o Sr. Vereador queria intervir sobre o assunto em discussão ou se queria continuar com “política baixa”, pois caso não termine a sua intervenção terá que lhe retirar a palavra.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que pretendia concluir a sua intervenção, tendo referido que o Presidente da Câmara deve interromper as intervenções que sejam ofensivas sem razão para tal. Continuando, sobre o assunto em análise, disse que as atas são pobres e só se consegue contrariar isso com as gravações, por isso é imperativo, e aqui propõe, que o Presidente da Câmara providencie pela gravação das reuniões.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** usou da palavra, lendo o art.º 92.º da Lei n.º 75/2013 e o art.º 21.º do Regimento da Câmara Municipal, para lembrar quais os requisitos das atas das reuniões da Câmara Municipal. Se qualquer Vereador quiser fazer constar a sua posição deve fazê-lo com declaração de voto, tal como ele próprio o faz. Desde sempre as atas da Câmara Municipal foram assim feitas, e bem feitas, e não lhe parece que se deva alterar. As atas são um resumo e assim devem continuar.

Sobre as palavras do Sr. Vereador Carlos Logrado disse que não lhe admite as afirmações que proferiu, ele não é seu patrão, não vive da política, tem a sua profissão, não se sente tocado por essas palavras que apenas o entristecem nas poucas vezes que aqui vem.

O **Sr. Presidente** referiu que corrobora aquilo que o Sr. Vereador Paulo Vicente disse. A ata está bem feita, vem no seguimento da metodologia adotada, e deverá ser votada assim. Também não é profissional da política e o seu cargo é serviço público.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu a palavra, referindo que as atas devem repercutir aquilo que aconteceu na reunião, e até aqui, em relação às suas intervenções, assim tem acontecido. Naquela reunião fortuita o que se passou é que não foi repercutido na ata aquilo que a Vereadora disse e que levou à sua tomada de posição. Então se aquilo que foi dito é verdade porque é que não foi colocado na ata? E mais grave, aquilo que foi dito em resposta à declaração de voto do ponto 51 não foi escrito. Preocupa-o esta situação, pelo que sugere que a ata repercuta aquilo que foi dito e que a Vereadora propõe que seja incluído, uma vez que foi assim que aconteceu.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que as respostas da Sr.ª Vereadora entroncam nas intervenções dos outros Vereadores e elas não estão em ata. Voltou a lembrar que isso deve ser feito em declaração de voto, independentemente do seu sentido de voto, lendo novamente o art.º 21.º do Regimento, e declarando-se disponível para votar a proposta.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que perante a insistência do Sr. Presidente e dos restantes membros do executivo em regime de permanência em votar a ata tal como está, sem que os conteúdos ditos pela Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro sejam incluídos, votará contra e expressará a sua posição numa declaração de voto.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

699 - Presente a ata n.º 18, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 31 de julho de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Tendo a ata de 31 de Julho omitido posições da então vereadora Ana Alves Monteiro, que seriam fundamentais para se entender a sua posição de voto, lamento que estejamos a pactuar com a não clarificação e transparência do que se diz nas reuniões. Ainda mais quando uma das opiniões era em defesa da honra e após uma afirmação que tinha sido proferida contra a vereadora e o movimento que representa MpM, no qual o Sr. Vereador Vítor Pereira referiu “que o contacto do MpM com o movimento associativo é absolutamente nulo”. A Sra. Vereadora solicitou a palavra ao Sr. Presidente que lhe concedeu e disse então que “se o vereador Vítor Pereira acha que o facto de ela ser Vice-Presidente do Conselho Fiscal do Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém, Vice-Presidente da Assembleia de Basquetebol de Leiria, Membro da direcção da ADLEI – Associação para o Desenvolvimento de Leiria e da Associação de Movimentos Autárquicos Independentes, bem como ter sido Secretária da Assembleia-Geral do Grupo Desportivo e Recreativo de Amieira, significa um conhecimento nulo do associativismo?”.

Como afirmei não estive presente na reunião de 31 de Julho. No entanto, o Sr. Vereador Vítor Pereira, não se coíbiu de omitir opiniões sobre as pessoas do MpM, e naturalmente sobre mim (que estava ausente) que sou o membro efectivo do MpM neste órgão. Deste modo, e apesar da sua ausência, como este assunto está neste momento a ser relevado, referi que, se esta afirmação viesse dum cidadão inculto, mal informado eu diria que era desconhecimento. Vindo do Sr vereador Vítor Pereira denota ignorância.

O Sr. Vereador Vítor Pereira esteve relacionado unicamente com um clube desportivo, sobre o restante associativismo não conhece nada em termos da sua experiência. Aliás eu estive com ele numa direcção e, se considera que é “nulo” o contacto que tive com ele nesse clube, concerteza também vai achar que ele próprio é uma nulidade.

O Sr. Vereador quis denegrir o MpM e os elementos que o integram, mas esquece-se que há membros do MpM envolvidos profundamente no movimento associativo. Como exemplo: membros que há décadas são dirigentes de colectividade; membros que durante mais de 20 anos foram presidentes de clubes desportivos; membros que há mais de 15 anos são dirigentes da Ferlei (representante dos encarregados de educação); membros que são presidentes de IPSS;

Eu próprio, para além de dirigente desportivo na mesma direcção do Sr. Vereador, fui fundador, presidente, secretário, tesoureiro, protocolo e ainda membro activo no Rotary Club da Marinha Grande; fui presidente de associações de pais e de assembleias gerais de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

associações de pais; sou presidente da Assembleia-geral duma IPSS; estou nos órgãos sociais duma outra IPSS; sou membro dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense. Só por um propósito de insulto fácil pode dizer o Sr. Vereador que o contacto do MpM com o movimento associativo é “absolutamente nulo”.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei a favor porque a ata espelha o que se passou na reunião em que estive presente. O Sr. Vereador Aurélio não esteve presente na referida reunião, e não vir preparado para a reunião e depois, em casa, preparar as intervenções, não me parece leal.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente a minuta da ata, não concordando com as alterações propostas pela Vereadora Ana Alves Monteiro, porque a minuta da ata elaborada obedece ao art.º 92.º da Lei que regulamenta a matéria e ao art.º 21.º do Regimento da Câmara Municipal. As atas têm sido elaboradas desde sempre nesta Câmara Municipal como a presente, e não devem refletir, porque não é esse o seu objetivo, vaidades e promoção pessoal em tentativa de menorização dos restantes membros do órgão.”

O **Sr. Presidente** subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Paulo Vicente e chamou a atenção que também não é de boa educação falar de pessoas que não estão presentes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:25 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 19, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2014

700 - Presente a ata n.º 19, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 14 de agosto de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1286/14, DATADO DE 27/08/2014 – PC N.º 293/14, DATADO DE 20/08/2014
– SOMEMA – SOCIEDADE METALÚRGICA MARINHENSE, LDA

701 - Presente pedido com o registo n.º 1286/14, datado de 27/08/2014 relativo a **licenciamento de legalização de alterações e ampliação de uma unidade industrial** existente, sita na rua de Angola, n.º 13, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13027 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17291, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 293/14, com data de entrada de 20/08/2014, apresentado por **SOMEMA - SOCIEDADE METALÚRGICA MARINHENSE, LDA.**, com o NIPC 500 418 810, com sede em Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 29/08/2014, que atesta encontrar-se o respetivo projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações e ampliação de uma unidade industrial** existente, sita na rua de Angola, n.º 13, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13027 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17291, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 293/14, com data de entrada de 20/08/2014, apresentado por **SOMEMA - SOCIEDADE METALÚRGICA MARINHENSE, LDA.**, com o NIPC 500 418 810, com sede em Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;

2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Deliberou, igualmente, INFORMAR o requerente que a alteração da unidade industrial apresentada insere-se no procedimento de mera comunicação prévia, por força do disposto no n.º 5 do artigo 39º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto devendo a mesma ser apresentada, para efeitos do licenciamento da atividade industrial, à respetiva entidade coordenadora competente, de acordo com o disposto no artigo 33º do SIR.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 1246/14, DATADO DE 19/08/2014 – PC N.º 184/14, DATADO DE 30/05/2014 –
ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO**

702 - Presente requerimento n.º 1246/14, datado de 2014/08/19, constante do processo camarário n.º 184/14, subscrito por **ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO**, com o NIF n.º 113638914, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia”* existente, incidente sobre dois prédios, um rústico e outro urbano, sitos na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 115 e 19670, e inscritos nas respetivas matrizes sob os números 8800 e 7157.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/08/27, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia”* existente, incidente sobre dois prédios, um rústico e outro urbano, sitos na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 115 e 19670, e inscritos nas respetivas matrizes sob os números 8800 e 7157, com o número de processo 184/14, com data de entrada em 2014/05/30, apresentado por ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, com o NIF n.º 113638914, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1270/14, DATADO DE 25/08/2014 – PC N.º 614/07, DATADO DE 15/10/2007 – LEONOR ROSÁRIO OLIVEIRA RODRIGUES

703 - Presente pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio, construção (legalização) de anexos e construção de muros, no prédio com 1.130 m2, sito na Rua da Nazaré, n.º 8 (EN242, Km 17+350LD), lugar de Almoinha Velha, freguesia da Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 660 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 670, com processo n.º 614/07, com data de entrada de 2007/10/15, apresentado por **LEONOR ROSÁRIO OLIVEIRA RODRIGUES**, com o NIF 164745483, residente na rua da Nazaré, n.º 8-A, lugar de Almoinha Velha, freguesia da Moita, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos em reunião de câmara de 2012/02/16.

Presente cópia do Alvará de Licença n.º 1134/LRA110822, emitido por EP – Estradas de Portugal, S.A., referente ao acesso e muros de vedação confinantes com a EN242.

Presentes projetos das especialidades acompanhados dos termos de responsabilidade a que se refere o artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços datada de 2012/08/28, que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2012/09/03, 2012/09/12 e 2014/08/27, que atestam a satisfação dos condicionalismos da aprovação do projeto de arquitetura.

Após a análise do pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio, construção (legalização) de anexos e construção de muros, no prédio com 1.130 m2, sito na Rua da Nazaré, n.º 8 (EN242, Km 17+350LD), lugar de Almoinha Velha, freguesia da Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 660 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 670, com o n.º de processo 614/07, com data de entrada de 2007/10/15, apresentado por LEONOR ROSÁRIO OLIVEIRA RODRIGUES, com o NIF 164745483, residente na rua da Nazaré, n.º 8-A, lugar de Almoinha Velha, freguesia da Moita, concelho de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado com condicionalismos em reunião de câmara de 2012/02/16 e considerando os pareceres

técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

3- Deverá assegurar a instalação de bateria de recetáculos postais domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

4- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1261/14, DATADO DE 21/08/2014 – PC N.º 183/14, DATADO DE 30/05/2014 – LIDL & COMPANHIA

704 - Presente pedido com o registo n.º 1261/14, datado de 21/08/2014, relativo a licenciamento de ampliação de uma unidade comercial, existente na Avenida 1.º de Maio, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9945, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 183/14, com data de entrada de 30/05/2014, apresentado por LIDL & COMPANHIA, com o NIPC 503340855, com sede na rua Pé de Mouro, n.º 18, Linhó, freguesia de S. Maria e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim e concelho de Sintra, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 31/07/2014;

Presente informação técnica, datada de 25/08/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento de ampliação de uma unidade comercial, existente na Avenida 1ª de Maio, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9945, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 183/14, com data de entrada de 30/05/2014, apresentado por LIDL & COMPANHIA, com o NIPC 503340855, com sede na rua Pé de Mouro, n.º 18, Linhó, freguesia de S. Maria e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim e concelho de Sintra.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1299/14, DATADO DE 28/08/2014 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/12/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE

705 - Presente pedido com o registo n.º 1299/14, datado de 28/08/2014 relativo a licenciamento de legalização de estabelecimento de bebidas, sito na avenida 1ª de Maio, n.º 3 no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11362 e omisso na matriz, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 462/11, com data de entrada de 14/12/2012, apresentado por **SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE**, com o NIPC 501 489 363, com sede na avenida 1ª de Maio, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 20/06/2012;

Presente informação técnica, datada de 1/09/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de estabelecimento de bebidas, sito na avenida 1ª de Maio, n.º 3 no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11362 e omissão na matriz, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 462/11, com data de entrada de 14/12/2012, apresentado por SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE, com o NIPC 501 489 363, com sede na avenida 1ª de Maio, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1173/14, DATADO DE 05/08/2014 – PC N.º 282/14, DATADO DE 05/08/2014 – MANUEL LEAL SANTOS

706 - Presente pedido com o registo n.º 1173, datado de 2014/08/05, em que é solicitado o **licenciamento de uma obra de construção de um muro de vedação**, no prédio sito na Rua da Marinha Grande, n.º 8, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7310 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 2093, processo n.º 282/14, apresentado por **MANUEL LEAL SANTOS**, com o NIF 117849081, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 10, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datado de 2014/08/18, que atesta estar o projeto de arquitetura apto para aprovação.

Após a análise do pedido, com registo de entrada n.º 282/14, de 05/08/2014, de licenciamento de obra de construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua da Marinha Grande, n.º 8, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7310 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 2093, com processo n.º 282/14, apresentado por Manuel Leal Santos, com o NIF 117849081, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 10, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e do parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.**
- 4- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

**10 - REQ. N. 1140/14, DATADO DE 28/07/2014 – PC N.º 98/14, DATADO DE 23/03/2014 –
MANUEL SIMAS MELO JÚNIOR**

707 - Presente pedido de **licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação da moradia** sita na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49-A, lugar do Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19885 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8300, com o processo n.º 98/14, registado em 2014/03/28, apresentado por **MANUEL DE SIMAS MELO JÚNIOR**, com o NIF 129143162, residente na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49-A, lugar do Engenho, freguesia da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/06/05.

Presente projeto de estabilidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2014/08/19, que atesta encontrar-se, o processo, em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após a análise do pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação da moradia sita na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49-A, lugar do Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19885 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8300, com o processo n.º 98/14, registado em 2014/03/28, apresentado por MANUEL DE SIMAS MELO JUNIOR, com o NIF 129143162, residente na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49-A, lugar do Engenho, freguesia da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/06/05 e considerando o parecer técnico que sobre ele recaíu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, em vigor, a

concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

4- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1192/14, DATADO DE 08/08/2014 – PC N.º 180/11, DATADO DE 10/05/2011 – LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA

708 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1192/14 de 08/08/2014, apresentado por **LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA**, com o NIF 223557510, residente em Rua do Fagundo, n.º 172, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o imóvel destinado a moradia, objeto de obras, licenciadas no âmbito do processo n.º 180/11 e para as quais foi emitido o alvará de obras de legalização e ampliação n.º 99/12, de 02/10/2012.

Presente parecer técnico datado 20/08/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Principal, lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA, com o NIF 223557510, residente em Rua do Fagundo, n.º 172, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1292/14, DATADO DE 28/08/2014 – PC N.º 74/10, DATADO DE 22/04/2010 – MANUEL MARIA FERREIRA HENRIQUES

709 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1292/14 de 28/08/2014, apresentado por **MANUEL MARIA FERREIRA HENRIQUES**, com o NIF 115273972, com residência na Estrada da Nazaré, n.º 146, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração legalizadas no âmbito do processo n.º 432/13.

Presente parecer técnico datado 29/08/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao às frações “A” e “B” do edifício sito em Rua 1.º de Janeiro, n.º 29 e 31, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **MANUEL MARIA FERREIRA HENRIQUES**, com o NIF 115273972, com residência na Estrada da Nazaré, n.º 146, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1168/14, DATADO DE 04/08/2014 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS STEEL, S.A.

710 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1168/14 de 04/08/2014, apresentado por **BOLLINGHAUS STEEL, S.A.**, com o NIPC 503752533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração legalizadas no âmbito do processo n.º 432/13.

Presente parecer técnico datado 20/08/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de **BOLLINGHAUS STEEL, S.A.**, com o NIPC 503752533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 1206/14, DATADO DE 11/08/2014 – PC N.º 817/05, DATADO DE 22/11/2005 –
FERNANDO JOSÉ JESUS OLIVEIRA FERREIRA**

711 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1168/14 de 04/08/2014, apresentado por **FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA** com o NIF 159865468, residente e, Rua Alfredo Gândara, n.º 1, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício destinada a indústria, objeto de obras de alteração legalizadas no âmbito do processo n.º 817/05.

Presente parecer técnico datado 26/08/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Alfredo Gândara, n.º 1, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **FERNANDO JOSE JESUS OLIVEIRA FERREIRA** com o NIF 159865468, residente e, Rua Alfredo Gândara, n.º 1, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N. 1223/14, DATADO DE 13/08/2014 – PC N.º 75/14, DATADO DE 14/03/2014 –
RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

712 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1123/14, datado de 13/08/2014, apresentado por **RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA**, com o NIF 122517946, residente em Rua Prof. Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 75/14.

Presente parecer técnico datado 26/08/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Prof. Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, n.º 83, freguesia de Vieira de Leiria, propriedade apresentado por **RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA**, com o NIF 122517946, residente em Rua Prof. Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1741/12, DATADO DE 23/10/2012 – PC N.º 315/12, DATADO DE 23/10/2012 – JORGE GONÇALVES ROSA

713 - Presente processo n.º 315/12, relativo ao licenciamento de alteração a um estabelecimento de bebidas, sito na rua das Figueiras, fração A do edifício localizado no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16631 e na Matriz Predial Urbana sob o n.º 10109, requerido por **JORGE GONÇALVES ROSA**,

portador do NIF 204705614, residente na rua Fernando Alvarez Baridó, n.º 75, Ordem, 2430 Marinha Grande e Vera Flor Gonçalves Rosa, com o NIF 244892091, residente na rua de S. Pedro de Moel, n.º 48, Guarda Nova, 2430 Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado pela deliberação de Câmara n.º 788 de 29 de novembro de 2012.

Presente informação técnica datada de 26/08/2014, a propor a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística.

A Câmara Municipal, considerando que:

- 1 - Os interessados, Jorge Gonçalves Rosa, portador do NIF 204705614, residente na rua Fernando Alvarez Baridó, n.º 75, Ordem, 2430 Marinha Grande e Vera Flor Gonçalves Rosa, com o NIF 244892091, residente na rua de S. Pedro de Moel, n.º 48, Guarda Nova, 2430 Marinha Grande, solicitaram a 23 de outubro de 2012, o licenciamento de uma alteração a um estabelecimento de bebidas, sito na rua das Figueiras, fração A do prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16631 e na Matriz Predial Urbana sob o n.º 10109;
- 2 - O projeto de arquitetura respetivo foi aprovado pela deliberação n.º 788 de 29/11/2012;
- 3- A notificação da deliberação efetuou-se a 14/12/2012, pelo ofício n.º 1105/12, de 11/12/2012;
- 4.- Os requerentes deviam ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação do teor da deliberação camarária, de acordo com o n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 2/09, ou seja em 17/06/2013 (dado que 15/06/2013 foi sábado), o que não fizeram;
- 5- Não foi solicitada qualquer prorrogação para a apresentação dos mesmos;
- 6- A falta de apresentação dos projetos das especialidades no prazo referido no antecedente número 4 implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 17/12/2013, de acordo com o n.º 6 do citado artigo 20.º do RJUE;
- 7- Decorridos os seis meses de suspensão, a Câmara deliberou, em reunião de 23/01/2014 conceder 15 dias aos requerentes para se pronunciarem, em sede de audiência prévia, ao abrigo dos artigos 100º e 101º do CPA, quanto ao projeto de declaração da caducidade da deliberação n.º 788 de 29/11/2012 que aprovou o projeto de arquitetura, o que não fizeram;
- 8.- Na presente data encontram-se reunidas as condições impostas por lei para ser declarada a caducidade da deliberação n.º 788 de 29 de novembro de 2012;

Delibera:

DECLARAR A CADUCIDADE, nos termos do n.º 6 artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 2/09, da

deliberação camarária n.º 788, datada de 29/11/2012, que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 315/12, para o licenciamento de uma alteração a um estabelecimento de bebidas, sito na rua das Figueiras, fração A do edifício localizado no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16631 e na Matriz Predial Urbana sob o n.º 10109, cujos titulares são JORGE GONÇALVES ROSA, portador do NIF 204705614, residente na rua Fernando Alvarez Baridó, n.º 75, Ordem, 2430 Marinha Grande e VERA FLOR GONÇALVES ROSA, com o NIF 244892091, residente na rua de S. Pedro de Moel, n.º 48, Guarda Nova, 2430 Marinha Grande, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades aplicáveis, no prazo concedido ao abrigo dos n.os 4 e 6 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 775/12, DATADO DE 07/05/2012 – PC N.º 50/12, DATADO DE 22/02/2012 – JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE

714 - Presente processo de legalização de alterações em edifício de habitação e comércio e instalação de estabelecimento de bebidas, a realizar no edifício sito na rua José Moreira, n.º 37, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 737, inscrito na Matriz Predial Urbana sob o n.º 2115, de que é requerente JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE, com o NIF 164996168, residente na rua dos Pinheiros, n.º 3, Vieira de Leiria, cuja licença foi aprovada pela deliberação n.º 455 tomada na reunião de Câmara de 19/07/2012.

Presente informação técnica datada de 25/08/2014, propondo a declaração da caducidade da licença em causa, por ter decorrido o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e a alteração dada pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro sem que o mesmo fosse efetuado.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 25/08/2014, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que o interessado, Jaime Manuel Rascão Piedade, com o NIF 164996168, residente na rua dos Pinheiros, n.º 3, Vieira de Leiria, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de legalização de alterações em edifício de habitação e comércio e instalação de estabelecimento de bebidas, a realizar no edifício sito na rua José Moreira, n.º 37, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 737, inscrito na Matriz Predial Urbana sob o n.º 2115, tomada em reunião camarária de 19/07/2012, através do ofício n.º 645/12, de 20/07/2012, rececionado a 24/07/2012;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, de acordo com o n.º 1

do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e a alteração dada pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro ;

3- Considerando que o interessado tinha até ao dia 25/07/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará, o que não fez;

4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística, nos termos do nº 2 do artigo 71.º do RJUE;

5- Considerando que, por deliberação havida em reunião de Câmara de 03/07/2014, o requerente foi notificado, a 08/07/2014, pelo ofício n.º 747/14, datado de 04/07/2014, para se pronunciar por escrito sobre o projeto de declaração de caducidade da referida licença, ao abrigo dos artigos 100º e 101º do CPA, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da notificação, o que não fez.

6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera:

DECLARAR, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a **CADUCIDADE** da licença aprovada pela deliberação n.º 455 tomada na reunião de Câmara de 19/07/2012, referente ao processo n.º 50/12, para legalização de alterações em edifício de habitação e comércio e instalação de estabelecimento de bebidas, a realizar no edifício sito na rua José Moreira, n.º 37, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 737, inscrito na Matriz Predial Urbana sob o n.º 2115, requerida por JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE, com o NIF 164996168, residente na rua dos Pinheiros, n.º 3, Vieira de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1121/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS STEEL, S.A.

715 - Presente requerimento nº 1121/14, datado de 25 de julho de 2014, em nome de **BOLLINGHAUS STEEL, S.A.**, com o NIPC 503752533, titular do processo de licenciamento com o n.º 432/13, respeitante a **legalização de ampliação de unidade industrial**, aprovado com o condicionalismo de execução de obras de urbanização execução de coletor pluvial, para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 1/14, em 20/06/2014, incidente sobre o prédio urbano localizado em Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2.925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.105, da freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a receção provisória das infraestruturas realizadas e a libertação da caução prestadas para garantir a sua boa e regular execução.

Presentes relatório técnico e auto de vistoria que recaíram sobre o presente requerimento.

Após análise da pretensão da sociedade requerente, BOLLINGHAUS STEEL, S.A., com o NIPC 503752533, titular do processo de licenciamento com o n.º 432/13, respeitante a LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL, aprovado com o condicionalismo de execução de obras de urbanização execução de coletor pluvial, para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 1/14, em 20/06/2014, incidente sobre o prédio urbano localizado em Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2.925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.105, da freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a receção provisória das infraestruturas realizadas e a libertação da caução prestada para garantir a sua boa e regular execução e do relatório técnico e do auto de vistoria, datados de 21 de agosto de 2014, que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas realizadas, designadamente ampliação do coletor de águas pluviais, ao abrigo do n.º 1 do artigo 87.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude de se ter verificado que as mesmas se encontram executadas de acordo com o projeto aprovado em reunião de Câmara de 22/05/2014;
2. LIBERTAR, ao abrigo do n.º 5 do artigo 54.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, o valor de 9.294,60€ (nove mil duzentos e noventa e quatro euros e sessenta centimos), correspondente a 90% da caução prestada para garantir a boa e regular execução das infraestruturas referentes à ampliação do colector de águas pluviais, mediante depósito a favor da Câmara Municipal, efetuado através da Guia de Receita n.º 992/2014, datada de 02/06/2014, no montante inicial de 10.327,33€ (dez mil trezentos e vinte e sete euros e trinta e três centimos), ficando retidos 10% do valor inicial até à receção definitiva das obras de urbanização, ou seja, 1.032,73€ (mil trinta e dois euros e setenta e três centimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

716 - O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

-Licença especial de ruído para realização de Festa de início de ano letivo da Escola Nery Capucho, no dia 15 de setembro de 2014;

Presente informação nº 68/AF de 25 de agosto de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

717 - O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de baile, no dia 15 de setembro de 2014;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do circo “Nery Brothers Show”;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto itinerante;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

Presente informação nº 69/AF e 70/AF de 01 de setembro de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de

bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído, licença para instalação e funcionamento de recinto itinerante e da licença para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

718 - Presente o requerimento:

- E/6512/2014, da requerente Maria Suzete da Conceição João, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1591 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presente informação nº6/AF de 01 de setembro de 2014, onde se confirma o que o pedido está devidamente instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria Suzete da Conceição João, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua n.º 1591 do Cemitério de Casal Galego em oito prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 14600/2 de 31 de julho de 2014 em nome de Maria Suzete da Conceição João no valor de 1.000,00€, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 1591, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO “FORNECIMENTO DE
LANCHES PARA AS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DO
ENSINO PRÉ-ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO 2014/2015, NO ÂMBITO DA COMPONENTE
DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DE 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS
DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE
NASCENTE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE E AGRUPAMENTO
DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA”**

719 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que *“(…) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (…)”*.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 15470/2014 e informação I/1200/A/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação do *“Fornecimento de lanches para as crianças que frequentam as atividades de animação do ensino pré-escolar, para o ano letivo 2014/2015, no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância de 3 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste no fornecimento de lanches, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 25/08/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite à UNISELF-SOCIEDADE DE RESTAURANTES PUBLICOS E PRIVADOS, S.A. e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação do *“Fornecimento de lanches para as crianças que frequentam as atividades de animação do ensino pré-escolar, para o ano letivo 2014/2015, no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância de 3 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria”*, na classificação orgânica/económica 06/020105, ação do PAM 2014/A/61, tendo sido emitido o cabimento n.º 2101/2014, pelos serviços da área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 15.408,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário contratado no ano de 2013 para o mesmo serviço, que foi de 0,40€/lanche, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *“Fornecimento de lanches para as crianças que frequentam as atividades de animação do ensino pré-escolar, para o ano letivo 2014/2015, no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância de 3 Agrupamentos de Escolas do concelho da Marinha Grande: Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria”.*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DA ORDEM PARA O ANO LETIVO 2014/2015 E AOS ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DO PILADO E ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO DO PILADO E GARCIA, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014”.

720 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 15465/2014 e informação I/1202/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de *“Transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim-de-Infância da Ordem para o ano letivo 2014/2015 e aos alunos do Jardim-de-Infância do Pilado e Escolas do Ensino Básico do Pilado e Garcia, para o período de setembro a dezembro de 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de transporte e distribuição de refeições, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as

necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 25/08/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite à UNISELF-SOCIEDADE DE RESTAURANTES PUBLICOS E PRIVADOS, S.A. e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de *“Transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim-de-Infância da Ordem para o ano letivo 2014/2015 e aos alunos do Jardim-de-Infância do Pilado e Escolas do Ensino Básico do Pilado e Garcia, para o período de setembro a dezembro de 2014”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/38, tendo sido emitido o cabimento pela contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 12.860,40€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário contratado no ano de 2014 para o mesmo serviço, que foi de 0,70€/refeição, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim-de-Infância da*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

Ordem para o ano letivo 2014/2015 e aos alunos do Jardim-de-Infância do Pilado e Escolas do Ensino Básico do Pilado e Garcia, para o período de setembro a dezembro de 2014”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LUZ E SOM PARA ESPECTÁCULOS E EVENTOS A REALIZAR NA CASA DA CULTURA STEPHENS”.

No âmbito da discussão deste ponto o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** requereu:

- Relação dos 25 eventos e 30 espetáculos agendados para a Casa da Cultura;

E questionou:

- Porque é que agora se optou por ajuste direto e na reunião passada se optou por concurso público para a prestação de serviços de limpeza para a Casa da Cultura?

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** esclareceu que tem de se conciliar o recurso ao mercado externo e à concorrência com a confiança que se tem e com aquilo que se conhece, e que nem sempre quem faz os preços mais baixos presta o melhor serviço.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que mais uma vez não concorda com as explicações para o ajuste direto, entendendo que as mesmas empresas que são consultadas se poderão apresentar a concurso público, e não há nenhuma ilegalidade em que se consultem os potenciais concorrentes, ou aqueles que gostariam que concorressem, e os elucidem na forma de concorrer nas plataformas, e assim o concurso não ficaria deserto e os preços seriam sempre mais baixos. As exigências técnicas e a experiência são condições que poderiam ser vertidas no programa do concurso, e até no prazo não vê qualquer obstáculo, pois embora a data de abertura da Casa da Cultura tenha resvalado, nada impedia que o concurso tivesse sido aberto e o contrato fosse feito depois.

Por tudo aquilo que referiu, vê mais benefícios na boa utilização dos dinheiros públicos recorrendo ao concurso público, pois vai potenciar ainda mais a sua boa utilização, sempre num esforço de melhoria, razão pela qual só poderá votar contra este ajuste direto.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

721 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-

A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que *“(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”*.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014 e considerando ainda o facto de até à presente data não ter existido qualquer contrato, com idêntico objecto e ou contraparte, celebrado no ano de 2013.

Presente a requisição interna n.º 15471/2014 e informação I/1248/2014, ambas da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da ***“Prestação de serviços de Luz e Som para espectáculos e eventos a realizar na Casa da Cultura Stephens”***, para o período previsto de 1 de Outubro a 31 de dezembro de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de luz e som em eventos e espectáculos, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 11/08/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite à entidade ANTONIO JOSÉ DOS REIS PEREIRA, NIF 197 082 599 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação da ***“Prestação de serviços de Luz e Som para espectáculos e eventos a realizar na Casa da Cultura Stephens”***, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/113, tendo sido emitido o cabimento n.º 2075, pelos serviços da área de contabilidade e que o preço base a aplicar é de 7.250,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação da ***“Prestação de serviços de Luz e Som para espectáculos e eventos a realizar na Casa da Cultura Stephens”***, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de Luz e Som para espectáculos e eventos a*****

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

realizar na Casa da Cultura Stephens”, para o período previsto de 1 de Outubro a 31 de dezembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que fundamenta o seu sentido de voto nas razões que invocou no início da discussão deste processo.

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Votei favoravelmente este ponto porque a deliberação apenas nos pede o parecer prévio vinculativo para assunção da despesa e não a forma da adjudicação da prestação de serviços, que isso é uma competência do Sr. Presidente. Ela é refletida no texto da deliberação por uma questão de transparência, tal como este executivo permanente sempre tem feito para com os restantes membros do executivo.
Os valores a contratar estão perfeitamente dentro dos limites dos ajustes diretos.”*

O Sr. Presidente subscreveu esta declaração de voto.

25 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 2º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “IMPRESSÃO DE GUIAS TURÍSTICOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”

Assunto retirado da ordem do dia.

26 - ANULAÇÃO DE GUIAS – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

722 - Presente as informações internas n.º 316 e 1133, de 24 de fevereiro e 30 de julho de 2014, respetivamente, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, e em cumprimento do despacho presente na informação interna, SB 26 de 22 de maio de 2014, da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias de receita, referentes às mensalidades do Prolongamento de Horário/Atividades de Animação e de Apoio à Família.

A solicitação das anulações é decorrente de requerimentos apresentados pelos encarregados de educação para o efeito.

Considerando que a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos encarregados de educação.

Considerando tratar-se de valores emitidos erradamente pelos serviços emissores desta Câmara Municipal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder-se à anulação das guias de receita n.º 685/2013 e 5620 de 2014, pelo motivo constante na tabela infra.

GUIAS A ANULAR

GUIA/ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	MOTIVO / SERVIÇO EMISSOR
Prolongamento de horário			
685/2 - 2013	Tomás Nobre Quintanilha V. P. Dias	274986361	Desistência do serviço / DCD
5620/2 - 2014	Maria Carolina Martins Pina	265296331	Apresentação de atestado médico / DCD

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS E PRACETA DA LIBERDADE, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

723 - Presente informação nº 1236 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 29/08/2014, referente à atualização anual das rendas de habitação social, sitas na Rua Júlio Braga Barros e Praceta da Liberdade.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com o nº 2 do art. 8º do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio e, ainda com o nº1 do art. 26º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRAÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
5	Célia Maria Ramos Ferreira Lourenço	2º D	28/09/2005	4,85€	17,28€

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRAÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
6	Maria Alice Alves Nunes	3º Dto.	12/09/2008	7,00€	26,99€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor a partir do dia 1 de outubro de 2014

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE LINA MARIA DOS SANTOS PALHINHA, RESIDENTE NA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, BLOCO 30, 2ºC, CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE DIVÓRCIO DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO

724 - Presente informação n.º 1239 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 29 de agosto de 2014, a propor a transmissão do direito ao arrendamento para o nome de Lina Maria dos Santos Palhinha;

Considerando que, o contrato de arrendamento ainda se encontra em nome de José Júlio Bartolomeu Feliciano;

Considerando a Ata de Conferência do Divórcio, da Conservatória do Registo Civil de Évora, datada de 01 de junho de 2007, a dar conta da dissolução do casamento entre José Júlio Bartolomeu Feliciano e Lina Maria dos Santos Palhinha;

Considerando que, na referida Ata de Conferência do Divórcio consta que não existe casa de morada de família, pois julgaram os requerentes não existir necessidade de a declarar, dado que José Júlio não a ocupava desde a data da separação de facto do casal.

Considerando que, Lina Maria dos Santos Palhinha nunca deixou de residir na habitação em causa, até à presente data;

Considerando que, nos termos do art.º 1105 do Código Civil:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

“1 - Incidindo o arrendamento sobre a casa de morada de família, o seu destino é, em caso de divórcio ou de separação judicial de pessoas e bens, decidido por acordo dos cônjuges, podendo estes optar pela transmissão ou pela concentração a favor de um deles.

2 – Na falta de acordo, cabe ao tribunal decidir, tendo em conta a necessidade de cada um, os interesses dos filhos e outros fatores relevantes.

3 – A transferência ou a concentração acordadas e homologadas pelo juiz ou pelo conservador do registo civil ou a decisão judicial a elas relativas são notificadas oficiosamente ao senhorio.”

Considerando que, não havendo ficado determinado em Acta de Conferência do Processo de Divórcio o destino da casa de morada de família, houve necessidade de tal situação ser decidida pelo Tribunal.

Considerando que, Lina Palhinha requereu ao Tribunal Judicial da Marinha Grande a concentração na sua pessoa da posição de arrendatária, relativamente à habitação em questão.

Considerando que, o Município da Marinha Grande foi notificado pelo 3º Juízo, do Tribunal Judicial da Marinha Grande, em 21 de julho do corrente ano, que por sentença proferida nos autos referentes ao Processo: 1178/13.9 TBMGR – Ação de Processo Sumário – foi concentrada na pessoa de Lina Maria dos Santos Palhinha a posição de arrendatária no contrato de arrendamento relativo ao fogo em causa (em anexo: a referida notificação do Tribunal).

Considerando que, de acordo com o n.º 2 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, Lina Maria dos Santos Palhinha, tem direito ao arrendamento, na medida em que: “ A transmissão da posição do arrendatário transmite-se ainda por divórcio.”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito ao arrendamento para o nome de Lina Maria dos Santos Palhinha, com o número de identificação fiscal 155 304 283.

Mais delibera, que os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Lina Maria dos Santos Palhinha, a partir de outubro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLO GUILHERME STEPHENS

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

725 - Considerando que o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente mantém em funcionamento um Pólo de 1º ciclo para o próximo ano letivo, a funcionar na EB 2/3 Guilherme Stephens;

Considerando que por esse motivo logicamente, devemos aproximar a cantina escolar ao local onde são desenvolvidas as aulas;

Considerando que a escola básica do 2º e 3º ciclo Guilherme Stephens, possui um refeitório escolar com capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares dos alunos do Pólo do 1º Ciclo que irá funcionar na EB 2/3 Guilherme Stephens;

Considerando que as crianças deste Pólo, para se deslocarem ao refeitório não necessitam de sair para o exterior da escola, garantindo a segurança dos alunos e evitando por isso o recurso a transportes escolares e consequente acréscimo de custos;

Considerando que é competência do Município nos termos da alínea hh), do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assegurar o fornecimento de refeições escolares;

Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com a alínea r) artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Câmara delibera de acordo com a competência prevista na alínea hh), do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, que se anexa (Anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2013/2014 – 2.ª FASE

726 - Presente informação nº 661/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 30/04/2014 referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande pertencentes aos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente, Marinha Grande Nascente e Vieira de Leiria.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que os subsídios escolares são por norma atribuídos no início de cada ano letivo.

Considerando que na reunião de câmara municipal de 26 de dezembro de 2013, foram atribuídos, aos 3 agrupamentos de escolas da Marinha Grande os subsídios escolares, referentes ao ano letivo de 2013/2014.

Considerando que existem encarregados de educação que solicitaram a atribuição de subsídios escolares após essa atribuição.

Considerando que por norma existe uma 2.ª fase extraordinária de atribuição de subsídios escolares.

Considerando por último que só agora é possível a atribuição do presente apoio financeiro em virtude de ter existido, por parte de alguns agrupamentos incumprimentos de deliberações anteriores.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar no domínio da ação social escolar, conforme disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar os subsídios constantes no mapa seguinte, e ainda, em conformidade com o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, n.º 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o n.º 11886-A/2012, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, delibera atribuir aos órgãos de gestão dos 3 Agrupamentos de Escolas do Concelho da Marinha Grande os seguintes subsídios:

- 1 - Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231, n.º fiscal 600 076 768**

Valor do subsídio escolar a atribuir: 1.325,00€ (mil trezentos e vinte e cinco euros)

Total de Pedidos: 33

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	14	50,00€	700,00€
1ºCEB	11	40,00€	440,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	5	25,00€	125,00€
1ºCEB	3	20,00€	60,00€

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	825,00€
1ºCEB	500,00€

Total 1.325,00€

2 - Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dra. Amélia Cândida Ponto da Boavista, 2430-053, n.º fiscal 600 075 761

Valor do subsídio escolar a atribuir: 555,00€ (quinhentos e cinquenta e cinco euros)

Total de Pedidos: 17

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	1	50,00 €	50,00 €
1ºCEB	9	40,00 €	360,00 €

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente			
Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	1	25,00 €	25,00 €
1ºCEB	6	20,00 €	120,00 €

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	75,00 €
1ºCEB	480,00 €

Total 555,00 €

3 - Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270

Valor do subsídio escolar a atribuir 125,00€ (cento e vinte cinco euros)

Total de Pedidos: 3

Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	2	50,00 €	100,00 €
1ºCEB	0	40,00 €	0,00 €

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	1	25,00 €	25,00 €
1ºCEB	0	20,00 €	0,00 €

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	125,00 €
1ºCEB	0,00 €

Total 125,00 €

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/31/2013 e A/33/2013 do Plano de Atividades Municipais para 2013.

Mais delibera autorizar a publicação das listas definitivas, elaboradas nominalmente e constantes em anexo nesta deliberação (Anexo 2), nos respetivos estabelecimentos de ensino, para conhecimento dos encarregados de educação, do valor a que terão direito a receber.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 31 de dezembro do corrente ano.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - RESUMO DE TESOUREARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia três de setembro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **6.824.835,39€** (seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco euros e trinta e nove centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

727 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião